

NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

27.9 A 3.10.93

NESTA EDIÇÃO

Plano de emergência para a língua portuguesa

(Pág. 3-5)

Ben-Ben encorajado por Soares

(Pág. 5-6)

**ENTREVISTAS:
'Que as negociações levem anos, mas saia algo que dure'**

(Pág. 7-9)

'É preciso calar as armas para se negociar a sério'

(Pág. 10-11)

Observadores condenam Savimbi e não recebem delegação da Unita

(Pág. 9)

Como fugi de Luanda

(Pág. 12-13)

Cavaco tem plano militar para intervir em Angola

(Pág. 13-14)

Unita rejeitou encontro com funcionários do MNE

(Pág. 14)

ANGOLA

ONU força Unita a negociar

As decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas acerca do conflito angolano incluídas na Resolução 864 formalizaram a impaciência e o conseqüente distanciamento dos observadores internacionais, "oficiais" ou "não-oficiais", em relação à Unita. O isolamento do movimento de Jonas Savimbi, que cresceu ainda mais após o fracasso das negociações em Abidjan, foi de certa forma "oficializado" com a Resolução 864, que prevê uma lista dura de sanções a serem impostas ao movimento, como o embargo de armas e petróleo, o congelamento de suas contas e a restrição à movimentação de suas lideranças no exterior.

No entanto, apesar da condenação geral ao comportamento da Unita, essas sanções previstas pelo Conselho de Segurança da ONU não foram implementadas de imediato a pedido do secretário geral da ONU, Butros-Ghali, que declarou existir uma sinalização positiva por parte do movimento de oposição. Esse sinal é o encontro proposto por Savimbi entre o comandante das FALA, Arlindo Chenda Ben-Ben, e o subsecretário adjunto norte-americano para os assuntos africanos, Eduard Brynn, em Abidjan.

É remota a possibilidade de a Unita apresentar um plano mais detalhado e ao mesmo tempo realizável do que o até agora anunciado, que se destaca pela declaração de cessar-fogo unilateral e a disposição por uma nova rodada de negociações. Todavia, essas medidas da Unita têm sido encaradas, por todos que acompanham o conflito angolano, com reservas devido à difícil concretização do primeiro item, já que a tropa se encontra espalhada por todo o território, muitas vezes em pequenas unidades e em difíceis condições de comunicações. Além disso, resta uma questão: se a Unita anseia por uma nova rodada de negociações, como se explica a sua atuação em Abidjan?

De qualquer forma, o pedido de uma audiência por parte da Unita de-

monstra o impacto da decisão do Conselho de Segurança. Esse com certeza era o objetivo primeiro ao se tomar uma resolução tão dura contra a Unita. A suspensão, logo em seguida, consiste numa última chance ao movimento, que se aceitar será obrigado a seguir os caminhos traçados externamente e que, aparentemente, tendem a privilegiar o governo, que apostou sempre no fator político-diplomático e agora recebe os dividendos desse investimento.

A situação da Unita tenderá a complicar-se nas próximas semanas se não conseguir convencer os observadores da ONU de que suas medidas constituem efetivas contribuições ao fim do embate, e não mais uma manobra para ganhar tempo e confundir os envolvidos no processo. Caso isso não ocorra, as sanções deverão ser aplicadas, o que do ponto de vista prático pode não acarretar em sérias dificuldades a curto prazo, já que a Unita possui não só capital como financiadores que, através do contrabando, abasteceriam o movimento por longo tempo. O problema é que uma condenação desse nível proporcionaria um apoio tal ao governo que dificilmente seria revertido em futuro próximo.

A Resolução 864 fez também com que os Estados Unidos, que até o momento agiam de forma cautelosa e sempre em resposta aos acontecimentos, decidissem finalmente chamar para si a responsabilidade que lhes compete no conflito. O peso dos norte-americanos pode sem dúvida alterar drasticamente o cenário angolano, mas as primeiras análises apontam para uma tomada de posição próxima aos demais observadores, o que agrada e muito ao governo. No entanto, os Estados Unidos sabem muito bem o perigo de uma apoio maciço ao governo, que poderia ser tomado por uma atitude militarista, que é nesse momento a postura questionada por todos que acompanham o processo angolano.

Marcelo Bittencourt

MOÇAMBIQUE

O futuro aponta para o pessimismo

O balanço que podemos tentar fazer das últimas semanas em Moçambique não nos deixa longe de um certo pessimismo, pois uma série de questões pendentes se avolumam. Se não, vejamos:

- a lei eleitoral discutida entre o governo, a Renamo e os demais partidos;

- o problema da administração territorial (a querela dos governadores provinciais);

- a organização das futuras forças policiais e armadas; o controle dos meios de comunicação (rádio, jornais etc);

- a desmobilização, acantonamento e desarme das tropas (previsto pelo novo calendário para ter fim no início de 1994);

- a questão das pessoas (civis e militares) raptadas pela Renamo durante a guerra;

- o financiamento estatal aos partidos políticos para a campanha eleitoral (por sinal, o recenseamento eleitoral, previsto para prolongar-se por três meses e ter início em abril de 1994 será dificultado pela persistência da dupla administração, uma em Maputo, outra em Gorongosa);

- as constantes reivindicações dos desmobilizados;

- as seguidas ameaças a comerciantes indianos;

- o aumento do índice de assaltos;

- a existência de forças paramilitares incontroláveis;

- pilhagens de propriedades agrícolas;

- aumento do custo de vida e do desemprego;

- e o agravamento das condições de atendimento às demandas de setores essenciais como saúde e educação.

Em suma, parece-nos que na proximidade do caos as pessoas sobrevivem e renovam as esperanças, mesmo diante de pressões vindas de um pequeno grupo de oficiais militares favoráveis a uma "opção militar" contra a Renamo, que certamente ocasionaria "o fecho da torneira do auxílio internacional para o país (Notícias Africanas 25, p. 4).

Contudo, observa-se que o encaminhamento das decisões tende cada vez mais para a bipolarização entre a Frelimo e a Renamo, deixando os partidos da oposição parecerem meros coadjuvantes, pois na Comissão Nacional de Eleições (CNE) os inúmeros partidos não-armados parecem acéfalos, incapazes de se fazerem ouvir em suas propostas e insatisfações.

Ao encarmos a bipolarização co-

mo um fato marcante, apontamos também para a importância fundamental do acantonamento e desarme das duas organizações armadas: Frelimo, com cerca de 70 mil homens, e a Renamo, com cerca de 20 mil. Em grande parte, é dessa cláusula que depende o real cumprimento de todos os compromissos para que se alcance a paz em Moçambique. Por outro lado, aí poderá estar a razão que leva o movimento de Afonso Dhlakama aos sucessivos atrasos no cumprimento dos prazos. Ao tentar estabelecer as máximas garantias até as eleições gerais de outubro de 1994, segundo afirma o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, a Renamo temeria abandonar as armas e perder a sua mais temível forma de pressão para obter "concessões" por parte do governo e da comunidade internacional (Notícias Africanas 21, p. 12).

A atual querela da dupla administração e da inserção de quadros da Renamo no Ministério do Interior são tentativas de impor formas de antecipação de partilha do poder. A Frelimo, ao negar qualquer possibilidade de "governo de coligação", crê na hipótese de que o movimento de Dhlakama não chegará ao poder pela via eleitoral, mas somente por soluções transitórias, mesmo que as últimas pesquisas apontem uma considerável popularidade de Dhlakama e da Renamo (*InformAfrica Confidencial* 52, ago, p. 6).

O país está então cada vez mais subjugado ao jogo das pressões, hesitações e forças do governo, da Renamo e das Nações Unidas. O alerta de setores da sociedade civil de que as Nações Unidas já seriam a verdadeira "terceira força" (Notícias Africanas 23, p. 13) também deveria apontar para o fato de que assim é porque Moçambique está entre os países que formam a base da pirâmide do mercado mundial, os "casos sociais mundiais" da África, América Latina e outras regiões miseráveis do Terceiro Mundo. São países que mal conseguem se alimentar por conta própria e que ainda são pressionados por "chacinhas, guerras civis e de tribos, catástrofes de fome e epidemias", e insensivelmente submetidos às regras draconianas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e demais credores internacionais (Robert Kurz, *O colapso da modernização*). O país defronta-se com sua soberania crescentemente erodida.

Edson Borges

ÁFRICA DO SUL

CET não diminui contradições

A situação política sul-africana é complexa o suficiente para transformar em complicador medidas tomadas para superar a crise e avançar na transição. Agora mesmo, a criação do Conselho Executivo de Transição (CET) deve ser encarada sob esse prisma. O Conselho não é fruto de uma vontade unânime, de resto irrealizável no momento. Muito possivelmente, seu aparecimento é fruto de negociações diretas e sigilosas entre o ANC e o Partido Nacional e seria ingenuidade acreditar que a negociação envolvendo 26 forças políticas tenha esgotado os acordos bilaterais entre Mandela e De Klerk. Não só aconteceram muitos acordos diretos como também estes foram responsáveis, em parte, pelo repúdio do Inkatha às negociações.

Em troca das várias concessões aceitas pelo ANC, De Klerk pode ter admitido - com um conselho em que há maioria negra destinado a fiscalizar as ações do governo - encurtar a duração do domínio branco na África do Sul. Por parte do ANC, a concessão capaz de justificar tão temerária generosidade do Partido Nacional talvez tenha sido a aceitação do governo de unidade nacional que será eleito em abril de 1994, postergando assim os anseios da maioria negra.

O Conselho Executivo de Transição, acertadamente encarado como marco histórico, talvez aciccate ainda mais os conflitos. A capacidade de Frederick de Klerk exercer o governo, várias vezes questionada pelos brancos ultimamente, pode ser minada pelo Conselho Executivo de Transição. Como a direita branca, o PAC e o Inkatha estão ausentes do Conselho, talvez ele não tenha legitimidade suficiente para deter a escalada de violência, mas certamente será suficiente para marcar um paralelismo institucional de conseqüências imprevisíveis.

Roquinaldo Amaral Ferreira

Sob ameaça nos PALOP

Plano de emergência para a língua portuguesa

PÚBLICO, 12.9.93

Fernando Dacosta

O Governo português, sobressaltado com o avanço das línguas inglesa, francesa e espanhola nos PALOP, está a preparar um "plano de emergência" destinado a travar, numa primeira fase, o recuo do nosso idioma naqueles países e a incentivar, numa segunda, o seu ensino e divulgação. As medidas vão ser, dentro de dias, reveladas pelo secretário de Estado da Cooperação, Brios e Gala.

O apoio à língua portuguesa não tem merecido, entre nós, a prioridade que exigia. Há dezenas (centenas) de anos que é assim. Os governos pós-25 de Abril não pareceram sequer entender a importância da sua escolha como língua nacional pelos jovens países africanos. A quase indiferença que assumiram desvalorizou, a partir de então, o extraordinário património que ela representa — tornou-se já, por exemplo, a sexta mais falada no mundo.

No período vivido a seguir à descolonização, devia ter sido pela língua, pela cultura, pelas artes, pela comunicação que o novo Portugal se relacionaria com a nova África. Isso não foi, porém, e apesar dos esforços de algumas instituições (como a Gulbenkian), organismos (como o ex-ICALP dirigido por Fernando Cristóvão) e personalidades (como o ex-embaixador em Cabo Verde, José Fernandes Fafe) tentado.

Os PALOP, que o perceberam, fizeram, entretanto, a nível interno, mais por ela em 18 anos de independência do que nós em cinco séculos. Quando deixámos África, a percentagem de analfabetos rondava, com efeito, 97 por cento e a da falantes de português 25 por cento. Uma década depois o número dos primeiros caía para 70 por cento e o dos segundos subia para 60 por cento.

Mapa cor-de-rosa

Enquanto Portugal se alheava, outros países, caso do Brasil, da França, da Inglaterra, da Espanha, da Itália, da Suécia, desenvolviam em África linhas de crescente sensibilização.

O inglês cruza Moçambique e Angola, o francês e o espanhol a Guiné. O inglês está mesmo em vias de se tornar em Moçambique e Angola a língua dos negócios, das relações internacionais, das tecnologias.

Por seu impulso vai, finalmente, "ser traçado o 'mapa cor-de-rosa do Sul de África'", anota-nos Agostinho da Silva, um dos mais antigos e profundos conhecedores da lusofonia. "O português vai ficar como língua nacional, língua da cultura, dos sentimentos, da identidade."

Primeira colónia portuguesa a autonomizar-se, o Brasil cedo se voltou para os povos das outras culturas, abrindo-se-lhes, aproximando-se-lhes, cumpliciando-se-lhes.

Lisboa tenta reagir

A semelhança do que ele fez, os Cinco reapropriaram-se da língua do ex-colonizador e assumiram-na "com toda a dignidade e naturalidade, privilegiando-a, difundindo-a, dando-lhe um estatuto nobre", lembra o escritor Manuel Ferreira. "Interiorizaram-na, tornando-a sua. Tão sua que a modificaram, a alteraram, a adaptaram ao universo nacional e regional de cada um. A língua portuguesa deixou de ser portuguesa para ser de todos esses países, além do Brasil, da Galiza, de Timor-Leste, para ser de todos os que a falam e escrevem."

É neste contexto que Lisboa tenta, agora, reagir. Recusando que o plano a anunciar seja "de emergência", os responsáveis vão apresentá-lo como "de mudança", fruto do trabalho "de uma equipa que integra representantes de vários ministérios e da SEC", especifica-nos António de Almeida, da Secretaria de Estado da Cooperação. "Baseia-se nas realidades e necessidades dos PALOP e nas nossas possibilidades. É muito prático."

As preocupações principais "são a formação, a educação e a comunicação social", pormenoriza-nos por sua vez Pedro Santana Lopes.

"Queremos intensificar projectos nas áreas mais carenciadas e importantes, como os fundos bibliográficos, a educação de raiz, as acções nas escolas, nos liceus, na imprensa. Este é o momento de se intensificarem projectos, até porque existiam muitos fundos dispersos que é preciso canalizar para acções de maior envergadura."

Um parlamento para a língua

Há, nos últimos tempos, uma acentuada preocupação com a língua portuguesa. Inquietos, escritores e políticos, de vários países estão a movimentar-se, sob a tutela do Brasil onde, em 1989, se realizou a primeira reunião de ministros da Cultura dos PALOP e a primeira cimeira de chefes do Estado dos sete países lusófonos.

"José Aparecido foi a mo-la real desse movimento. Dele saiu o projecto de criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, ainda não concretizado, e o da Comunidade de Países de Expressão Portuguesa. Comunidade que, transcendendo os aspectos linguísticos e culturais, será também de natureza política, económica e social. É um sonho como o de Jean Monnet ao idealizar a CEE", evoca-nos Dário Castro Alves, ex-embaixador do

Brasil em Portugal

Projecta-se também a constituição de um parlamento da língua portuguesa (espécie de ONU da nossa língua), a ser instalado num edifício que Oscar Nimeyer construiu em São Paulo. A criação da Universidade da Língua Portuguesa com campos avançados (delegações) em todos os países lusófonos é outro objectivo.

Estas iniciativas vão ser estudadas no Congresso de Filosofia Luso-Brasileira que começa na próxima terça-feira. "A língua portuguesa tem que ir para a frente, não para trás. Até porque os meios de comunicação, os 'media', a podem valorizar cada vez mais", acrescenta Dário Castro Alves.

Agostinho da Silva e José Aparecido estiveram, por coincidência, na génese do lançamento, nos anos 60, do Centro de Estudos Africanos, fundado na Universidade da Baía por decisão do então presidente Jânio Quadros. Centro que constituiu o primeiro passo para a comunidade da língua portuguesa, a associar, no futuro, à comunidade da língua espanhola, formando, as duas, apesar da insensibilidade dos políticos de Lisboa, um bloco comum de rara pujança.

"Os políticos de Lisboa não têm habilidade para lidar com os africanos. Alvor e Bicesse são exemplos", anota, mordaz, Agostinho da Silva. "Lisboa deve ser a capital disfarçada dessa comunidade. Para que não seja uma comunidade de governos mas de povos." ■

Angola

"Contrariedades do momento"

PÚBLICO, 12.9.93

SÓ EM meados do próximo ano Portugal disporá do seu primeiro centro cultural em Luanda. Quase 18 anos depois da independência de Angola persiste um vazio na promoção da cultura portuguesa na mais importante ex-colónia de Lisboa. Silva Pereira, o adido cultural da embaixada de Portugal em Luanda, prefere não dramatizar esse atraso. Mesmo confrontado com os casos de Moçambique e Cabo Verde, que possuem, juntos, quatro centros desta natureza. Contrapõe Silva Pereira: "Houve um relacionamento difícil entre Lisboa e Luanda desde o início e só a partir dos anos 80 se alterou a situação."

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

Foi apenas em 1985 que Portugal nomeou o seu primeiro adido cultural em Angola. A longa demora na construção do centro ficou a dever-se, explica Silva Pereira, à falta de estruturas físicas, o que obrigou o Governo português a gastar meio milhão de contos em obras. Quando começar a funcionar, dentro de nove meses, será "um centro à dimensão de Angola", projectado numa perspectiva não concorrente com outros países da comunidade europeia, mas para permitir aos angolanos "beneficiarem do intercâmbio universal de várias culturas".

O futuro centro permitirá "uma maior regularidade de iniciativas, que tem faltado em Angola". Até final deste ano cumpre-se um ciclo de actividades que inclui mostras de cinema e a repetição de um concerto de jazz português. Não se realiza a já tradicional feira do livro devido "às contrariedades próprias do momento que Angola atravessa".

Silva Pereira insiste em que Portugal tem feito um esforço considerável no intercâmbio cultural com Angola em áreas em que, para além da cultura propriamente dita, predominam a comunicação social e o ensino. São anualmente concedidas 200 bolsas de estudo, às quais se juntam 500 meses de formação profissional num esquema triangular, envolvendo entidades oficiais e privadas dos dois países e cujo custo, para Portugal, é de 200 mil contos. E para 1994 está também prevista a inauguração de uma nova escola portuguesa para dois mil alunos, com o objectivo de facilitar a transição de estudantes angolanos que queiram prosseguir estudos nas universidades portuguesas.

Este responsável português em Luanda rejeita a tese de que Portugal não possui política cultural para Angola. Mais ainda: não aceita ver na França — sempre à espreita para ocupar os espaços vazios nos países lusófonos — um concorrente directo ou uma ameaça para os interesses nacionais. "Portugal não concorre com a França em Angola, procura apenas alicerçar a sua própria política cultural." E acrescenta: "Não temos o domínio da cultura. É mau ver sempre os países por uma óptica convencional, em prejuízo dos próprios angolanos." ■

Aguar dos Santos, em Luanda

Brasil

Retórica e "demanda reprimida"

TANTO OS brasileiros quanto os portugueses residentes no Brasil têm motivos de sobra para criticar Portugal pelo seu parco envolvimento nas trocas culturais entre os dois países.

O empresário António Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete Português de Leitura, sintetizou para o PÚBLICO o que parece ser uma opinião generalizada entre os 130 mil membros da colónia portuguesa no Rio de Janeiro: "Muitas pessoas interessadas na difusão da cultura portuguesa no Brasil ressentem-se da indefinição da política cultural. E é manifesta a carência de recursos para a execução de qualquer projecto nessa área."

O empresário lamenta que as autoridades portuguesas não saibam tirar partido do que chama "afinidade congénita" entre Portugal e o Brasil. "Tudo o que se vier a fazer no Brasil na área cultural terá um efeito multiplicador muito maior do que em qualquer outro país, mas Portugal parece ignorar que o Brasil é muito mais do que o Rio e São Paulo. Há uma demanda reprimida de investimentos."

O empresário lamenta que, nos últimos dez anos, "praticamente tudo" o que se fez, por iniciativa de portugueses, na área cultural, tenha sido obra de instituições privadas, como o Real Gabinete Português de Leitura, a Fundação Gulbenkian e o Liceu Literário Português.

O editor brasileiro Ênio Silveira sugere que Portugal e o Brasil deixem de lado "os rapapés" na área cultural: "O que atrapalha são os banquetes. As pessoas encontram-se para comer e não para discutir", queixou-se o editor. Abre uma excepção para o trabalho do recém-afastado embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido de Oliveira, que "deixou de lado a retórica" e criou o Instituto da Língua Portuguesa.

A retórica foi também alvo de uma crítica da professora titular de Literatura Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica

>> lica (PUC) do Rio de Janeiro, Cleonice Berardinelli: "Fala-se muito em amizade, mas temos perdido muito tempo com palavras." E recordou o trabalho do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo e o Seminário Permanente de Estudos Portugueses, mantido pela PUC do Rio. ■

João Bosco Jardim, no Rio de Janeiro

Cabo Verde

Um caso especial

NA EXPRESSÃO de um escritor de Cabo Verde, o português é a língua da "sala de estar" do país; no dia-a-dia, a população fala em crioulo, cuja oficialização foi defendida logo após a independência, mas a ideia está hoje esquecida.

Na Cidade da Praia, existem três centros culturais: o português, o francês e o brasileiro. O último é o único que não possui filial no Mindelo. A hegemonia é disputada entre Lisboa e Paris e o facto de a região africana do país ser francófona poderia levar à conclusão que a língua portuguesa em Cabo Verde tem os dias contados. Mas tudo parece indicar que ela é hoje mais falada do que nunca.

Num país sem bibliotecas estatais ou municipais, os três centros culturais são locais procurados por um sector eclético da população. Outra actividade não menos importante é, sem dúvida, o ensino do português ou francês. A presença portuguesa é sentida sobretudo através das feiras anuais do livro. A deste ano, que acaba de ser realizada na capital, estendendo-se dentro de dias à ilha do Sal, está avaliada em 36 mil contos.

O conselheiro cultural da embaixada de Portugal na Praia, João Nuno Alçada, queixa-se da enorme falta de meios para a preservação ou mesmo divulgação da presença portuguesa nesta parte do mundo. Em 1992, os dois centros culturais tiveram um orçamento de 12.500 contos, ignorando-se ainda qual o orçamento de 1993. Nuno Alçada salienta a importância do apoio da TAP e da Fundação Calouste Gulbenkian. "Sem estas duas entidades, a programação do primeiro semestre do corrente ano não poderia ter sido cumprida."

Nuno Alçada não possui uma visão alarmista da presença da cultura portuguesa porque, diz, Cabo Verde é um caso especial. "É um país politicamente estável, com uma população relativamente culta, onde a presença portuguesa possui profundas raízes e é em geral bem aceite." Mas ressalva que "essa presença é uma questão de património a preservar, primeiro, e a actualizar e modernizar, depois", através de um programa que cumpra "um dever histórico e cultural". ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Guiné-Bissau

Êxito português, cerco da França

O CENTRO cultural português em Bissau continua a apostar no ensino e difusão da língua portuguesa, embora sem capacidade para responder à crescente procura, como reconhece o conselheiro cultural da embaixada, Dário Matos e Lemos. Está em estudo a abertura de novos centros em Gabu, em Canchungo e em Bafatá, segundo um projecto que aguarda uma decisão do Governo de Lisboa.

Com uma dotação anual de cinquenta mil contos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, o centro dispõe de nove docentes que trabalham na formação de mais de mil alunos de diferentes níveis, durante todo o ano lectivo.

Só existem duas salas de aulas. As inscrições para o próximo ano lectivo tiveram início na semana passada e já existem novecentos candidatos. Quando começarem as aulas, muitos terão de esperar até ao próximo ano ou optar pelo curso de literatura brasileira organizado pelo centro de estudos brasileiros.

A biblioteca, só no primeiro trimestre deste ano, foi utilizada por mais de trinta mil leitores. Os dias de maior afluência coincidem com os voos da TAP provenientes de Lisboa, onde vêm os jornais da semana.

A Feira do Livro é a festa cultural do ano na capital e este ano prevê-se a sua extensão a outras três cidades. Decorrem diligências para a deslocação à Guiné da companhia A Escola da Noite, de Coimbra, e do pintor Rui Palma Carlos.

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

Três outros países dispõem de centros culturais em Bissau: França, Brasil e Índia, sendo o primeiro aquele que, de longe, vem desenvolvendo mais actividades. Leciona cursos de francês e faz chegar a Bissau músicos e artistas franceses e africanos. Os franceses mantêm dois cursos de língua na televisão experimental guineense e um na rádio, ensinando a língua francesa a partir do crioulo, e transmitem, na sua sala de vídeo, o canal França Internacional. Para Dário Matos e Lemos, "em termos de língua, não há efeitos: só enche os olhos, mas não deixa nada".

António Soares Lopes, em Bissau

Moçambique

Cuba vai, França vem

NA AUSÊNCIA de um centro próprio, os serviços culturais da Embaixada de Portugal em Moçambique têm funcionado no próprio edifício da chancelaria. Além de manter aberta uma biblioteca-hemeroteca, realizam todos os anos um curso "de Verão" de literatura portuguesa.

José Saramago já participou no curso. Lídia Jorge, cujo livro "A Costa dos Murmúrios" decorre na cidade da Beira, esteve lá este ano. O adido cultural da embaixada, José Soares Martins, é, por sua vez, um historiador com várias obras publicadas sobre a História de Moçambique, sob o pseudónimo de José Capela.

Exposições anuais de artistas plásticos portugueses são também organizadas pelos serviços culturais, sendo a mais recente, inaugurada no fim de Agosto, uma mostra de pintura e escultura portuguesa contemporânea.

O pólo cultural estrangeiro mais activo em Maputo é o Centro de Estudos Brasileiros. Dotado de várias salas de exposição, biblioteca, sala de projecção e centro social, proporciona aos interessados desde o visionamento de programas televisivos a cursos de português para estrangeiros.

O British Council, para além dos cursos de Inglês e de um cine-clube, oferece ao público uma biblioteca-hemeroteca e tem em construção um novo edifício.

O recém-inaugurado Centro Cultural Nicolás Guillén tem vindo a desenvolver uma actividade notável, graças à dedicação de um grupo de artistas cubanos, que leccionam em escolas moçambicanas. Apesar de dificuldades orçamentais logrou realizar uma campanha por artistas locais com vista ao envio de leite para as crianças cubanas.

Os serviços culturais da embaixada francesa desenvolveram várias iniciativas, como um cine-clube. E vão iniciar as obras de um grande centro cultural, o mais importante da capital, nas ruínas do velho Hotel Clube.

José Pinto de Sá, no Maputo

São Tomé e Príncipe

O peso da RTP

"QUANDO TRANSMITIMOS jogos de futebol, é lotação esgotada. São, de longe, as maiores enchentes." Não há o mínimo resquício de humor ou ironia na voz de Manuel Poppe Lopes Cardoso, conselheiro cultural da Embaixada de Portugal. Ele sabe que o futebol é o único produto televisivo português capaz de rivalizar com as telenovelas brasileiras, mas não figura propriamente entre as actividades culturais do centro.

Esta instituição pode, em contrapartida, reivindicar a posse da maior biblioteca do país. São 12 mil títulos, mais três mil na delegação do Príncipe. Há uma corrida permanente ao sector didáctico e técnico e à banda desenhada. O país não importa livros (o urgente sobrepõe-se ao necessário) e só de dois em dois anos a feira do livro português permite aos são-tomenses adquirir livros a preços simbólicos.

O Centro Cultural Português constitui, neste momento, também um dos principais pólos de debate sócio-político em São Tomé. A sua polyvalência é, contudo, limitada, dado só dispor de espaços exíguos e descontínuos nas suas instalações. Também a escassez de energia perturba frequentes vezes as actividades. A solução seria adquirir um gerador.

Com centro de ensino de francês e um outro de documentação técnico-científica, a missão de cooperação francesa protagoniza a segunda intervenção cultural de vulto. Através do seu conselheiro, patrocina anualmente as celebrações do Dia Mundial da Música, apoia a edição bilingue de jovens escritores, anima tertúlias e explora as potencialidades culturais dos distritos mais recônditos.

Manuel Poppe não teme a concorrência dos franceses: "São espaços diferentes", diz. Só o peso da RTP — que construiu os novos estúdios da TVS — nas emissões locais bastaria para fazer a diferença. Há também uma presença silenciosa do Brasil. Não tem qualquer representação cultural — mas não precisa. As 20h30 paralisa virtualmente o arquipélago. Telenovelas, claro. Cordialmente enviadas pela RTP.

Conceição Lima, em São Tomé e Príncipe

Ben-Ben "encorajado" por Soares

Joaquim Trigo de Negreiros

Diplomacia ou relações públicas? Perante o fantasma de um isolamento internacional definitivo cada vez mais iminente, a UNITA está activa como nunca. Em Lisboa, o general Ben-Ben esteve com Soares a explicar as "novas propostas" do movimento do Galo Negro. Já o Governo, que se recusou a receber o enviado de Savimbi, só as conhece através do Presidente da República. Quando Ben-Ben regressar ao Huambo, deixa atrás de si mais uma ferida aberta nas relações entre Belém e São Bento. Quanto ao conteúdo das "novas propostas", que hoje chegam à "troika" de observadores, poderá mesmo incluir a aceitação dos resultados eleitorais, com contrapartidas na administração provincial. Enquanto se espera pelo efeito desta ofensiva, agrava-se a situação dos portugueses no Cuito. Que afinal não se encontram nas áreas controladas pela UNITA.

PÚBLICO, 10.9.93

O general Arlindo Chenda Ben-Ben, chefe do Estado-Maior das FALA, trocou o camuflado pelo fato e gravata para, ontem de manhã, entregar a Mário Soares uma carta pessoal de Jonas Savimbi dirigida ao Presidente português, que era acompanhada de um "anexo" contendo os pontos de uma nova proposta da UNITA para a paz em Angola.

Depois de quase duas horas a sós com Soares — Jorge Valentim e Eugénio Manuvakola, que integram a delegação que Savimbi mandou a Lisboa, Fátima Roque e o representante da UNITA em Lisboa, Adalberto da Costa Júnior, tiveram de esperar numa sala ao lado, na companhia de assessores diplomáticos de Belém —, Ben-Ben, na qualidade de chefe da delegação,

sintetizou a "mensagem de paz" que o trouxe a Portugal: a UNITA aceita uma suspensão imediata das hostilidades em data a determinar pelo secretário-geral da ONU, considera que a trégua deve preceder um regresso à mesa das negociações, promete proteger os portugueses em Angola e retira quaisquer declarações ofensivas proferidas contra o Governo português.

Ao explicar os pontos da "mensagem", à saída do Palácio de Belém, Ben-Ben parecia satisfeito. Horas depois, após uma audiência com dirigentes do CDS-PP (ver texto neste destaque), o general explicou as razões da sua satisfação, afirmando que se sentiu "encorajado" por Mário Soares. Nem mesmo a atitude do ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) portu-

Continua na pág. 6

Continuação
da pág. 5

Ben-Ben "encorajado" por Soares

guês, que se recusou a receber Ben-Ben, o desencorajou.

O enviado de Savimbi, que também trouxe uma carta dirigida ao Executivo, declarou-se "optimista" quanto a uma revisão da atitude de Durão Barroso — "eu não acredito que o Governo português permita que eu regresso com a mensagem, o que seria mau" — e chegou a confidenciar, em privado, que estava disposto a permanecer em Lisboa até que se lhe abrissem as portas do Governo de Cavaco Silva.

O que Ben-Ben ignorava era que os documentos que entregara pouco antes a Mário Soares já estavam sobre a mesa do primeiro-ministro.

Relato por escrito

O Presidente da República não perdeu tempo. Terminada a audiência com o enviado de Jonas Savimbi, Mário Soares escreveu um relato da conversa e enviou-o para São Bento, juntamente com a carta e o "anexo" que lhe foram entregues pelo general Ben-Ben.

Do "memorando" constarão por certo as explicações do dirigente da UNITA sobre as alegadas ofensas ao Governo e ao povo português, recordadas pelo MNE para justificar não o receber.

Ben-Ben insiste em dizer que tudo não passou de um "mal-entendido" e desafia quem quer que seja a provar que algum dia chamou "burro" e "corrupto" a Cavaco Silva e "exploradores" aos portugueses residentes em Angola.

Jorge Valentim, o secretário para a Informação da UNITA e companheiro de Ben-Ben nesta deslocação a Lisboa, explicou que as declarações ofensivas e "inaceitáveis" nada têm a ver com o general: foram lidas por um locutor aos microfones da Vorgan, a emissora do movimento, e imediatamente "rectificadas" pelo próprio Valentim, que se encontrava em Abidjan.

Seja como for, a linguagem utilizada por esta delegação da UNITA em relação a Portugal está muito longe dos ataques a Lisboa já ouvidos pela voz do próprio Jonas Savimbi. Ao referir-se aos portugueses no Cuíto, Jorge Valentim utilizou, numa entrevista à RTP, a expressão "meus irmãos portugueses". Isto depois de ter falado em "país irmão" e "povo irmão".

Sob a linguagem afectuosa, no entanto, as referências aos portugueses no Cuíto criaram uma dúvida. Depois de Jonas Savimbi já se ter responsabilizado pela protecção desses cidadãos nacionais, prometendo facilitar o envio de auxílio humanitário e o repatriamento, o chefe do Estado-Maior das FA-

LA garantiu ontem que nenhum português se encontra nas zonas do Cuíto controladas pela UNITA.

Por isso, disse Ben-Ben, a UNITA pode apenas proteger "todo o português que encontrar" e não está, ao contrário do que pareciam indicar as promessas de Savimbi, em condições de garantir a segurança daqueles que, segundo o próprio Savimbi, se encontrariam refugiados no bispado e na residência de um comerciante local.

Eleições e "troika"

As ambiguidades não ficam por aqui. Muito cuidadoso, Ben-Ben resistiu a todas as tentativas de o fazer pormenorizar as "novas propostas" de que é portador. Falou sempre em suspensão imediata das hostilidades e na necessidade de se "negociar sem tiros".

Mesmo a posição da UNITA sobre uma cimeira de chefes de Estado africanos para discutir a questão angolana em Libreville — capital do "hostil" Gabão — ficou pouco clara. Jonas Savimbi não está disposto a participar nesta iniciativa do representante de Butros-Ghali em Angola, mas Ben-Ben abordou o assunto no mesmo tom vago que usou para explicar a "nova proposta" que o trouxe a Portugal.

Jorge Valentim foi um pouco mais longe. Referiu a liberta-

ção de prisioneiros, a criação de um novo governo que favoreça a "convivência nacional" e uma "descentralização alargada" que permita redesenhar o mapa político da administração provincial.

Mas um dos pontos centrais da proposta de Savimbi será uma nova atitude face aos resultados eleitorais. A UNITA estaria disposta a flexibilizar a sua posição neste ponto desde que obtivesse contrapartidas na composição do novo governo e nas alterações em termos de administração provincial.

São propostas como estas que os enviados de Savimbi tentarão fazer chegar à "troika" de observadores que hoje se reúne em Lisboa.

Os enviados de Savimbi já asseguraram um encontro com os representantes português, russo e norte-americano que hoje analisam a questão angolana no Palácio das Necessidades. No sábado, quando partir para uma reunião com empresários nortenhos em Braga, Ben-Ben já conhecerá o efeito junto aos três observadores desta ofensiva diplomática.

Até lá, em plena contagem decrescente para a reunião do Conselho de Segurança da ONU que poderá decretar, daqui a cinco dias, o definitivo isolamento internacional da UNITA, resta aos enviados de Savimbi continuarem a espalhar a frase mil vezes repetida por Ben-Ben em Lisboa: "Traçamos uma mensagem de paz."

Corrida contra-relógio

PÚBLICO, 11.9.93

PARECE de antemão perdida a autêntica corrida contra-relógio que em diversos continentes está a ser disputada para que até ao dia 15 deste mês, como determinou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Governo de Angola e a UNITA se conseguissem entender, no sentido de interromper as hostilidades e de solidificar a paz negociada em Bicesse.

Os Estados Unidos e outros países têm vindo a pressionar o líder da UNITA, Jonas Savimbi, no sentido de reatar as negociações de paz numa reunião que alguns dirigentes africanos haviam proposto para Libreville, no Gabão, mas que já não há grande esperança de que se efectue este fim-de-semana. Quando muito, será possível fazê-la só depois de expirado o prazo que a ONU dera há três meses.

No fim da semana passada o PÚBLICO tinha anunciado, por intermédio da sua correspondente em São Tomé e Príncipe, que as Nações Unidas estavam a preparar, com diversos países africanos, uma cimeira em Libreville; ideia a que ontem regressava. Mas, entretanto, cresceram as dúvidas quanto à eficácia de mais esse projecto, dado que anteriormente haviam falhado tentativas para reuniões sobre Angola que teriam eventualmente lugar em Marrocos, no Zimbábue ou na Namíbia.

Foi no início de Junho, pouco depois do malogro das conversações de Abidjan, que o Conselho de Segurança marcou a data de 15 de Setembro para se resolver o impasse e se regressar à lógica de paz que fora interrompida no fim de Outubro do ano passado, um mês após as pri-

meiras eleições livres angolanas. Mas tudo tem sido em vão para colocar de novo frente a frente, nos salões do diálogo e não nos campos de batalha, MPLA e UNITA. Inclusive as iniciativas de Hassan II, Félix Houphouët-Boigny, Nelson Mandela, Robert Mugabe e Sam Nujoma.

Político consequente e respeitado

Depois de diversos políticos africanos terem falhado na organização de algo que poderia fazer lembrar o famigerado Gbadolite do marechal Mobutu (que, muito antes de Bicesse, juntou, sem qualquer resultado, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi), surgiram nas últimas semanas indícios de que o Presidente da República de São Tomé e Príncipe

poderia ser a próxima cartada a jogar.

Miguel Trovoada, velho amigo de Mário Soares e a quem pertence actualmente a coordenação do grupo dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), "é um político de envergadura, consequente e respeitado". "Quem melhor do que ele... para chamar à razão e à fala os seus irmãos angolanos", alvitava, no dia 15 de Agosto, nas páginas deste jornal, Vítor Sá Machado, antigo ministro português dos Negócios Estrangeiros.

O Palácio do Povo, como se chama a Presidência da República de São Tomé e Príncipe, não confirmou nem desmentiu ontem que Trovoada possa de facto vir a assumir a mediação do complicado processo de paz: "Como amigos de Angola que somos, empenhar-nos-emos de bom grado em tudo quanto possa

Continua na pág. 7

'Que as negociações levem anos, mas saia algo que dure'

PÚBLICO, 11.9.93

Adelino Gomes,
António Matos
e Joaquim T. de Negreiros

Arlindo Chenda Pena "Ben-Ben", o general que se encontra em Portugal a chefiar uma delegação da UNITA, acha que conseguiu fazer passar a sua mensagem, apesar de só ter sido recebido pelo Presidente da República e pelo CDS-PP. Diz que não há solução militar para Angola. E adverte: não falar com a UNITA é não querer resolver a questão angolana. Em entrevista ao PÚBLICO, o chefe do exército da UNITA esclarece que foi escolhido por Savimbi, seu tio, porque "esta é uma missão militar" para preparar negociações políticas que podem demorar anos.

PÚBLICO — Já está em Portugal há quase 48 horas e ainda não conseguiu ser recebido pelo Governo. E um fracasso.

GENERAL BEN-BEN — O objectivo não era ser recebido ou não pelo Governo, porque sabíamos que, estando em Portugal, a nossa mensagem chegaria de qualquer forma ao Governo. Há sinais de que não existe de forma imperativa um bloqueio. O Governo recebeu já a mensagem, de um modo muito mais protocolar...

P. — Através do Presidente da República...

R. — Ele garantiu-me que o ia fazer.

P. — O Governo disse que a vossa visita, ao apresentar propostas fora dos locais próprios, não tinha interesse. Não é uma crítica forte à vossa missão?

R. — Escolhemos Portugal porque é o local apropriado. Não se pode abordar o fenómeno Angola contornando Portugal. Francamente, entendo que o tecido angolano, dada a sua complexidade, só pode ser abordado de forma realista dessa forma.

P. — Há meses, Jonas Savimbi, repetia em entrevistas telefónicas que não era com Cavaco Silva e Durão Barroso que as coisas iriam para a frente. Agora, o senhor general vem dizer que Portugal é imprescindível?

R. — Penso que não há contradição. Portugal tem uma geração que penetrou a sensibilidade angolana. Há círculos de amigos da UNITA e de amigos angolanos aqui em Portugal. Penso que Portugal é incontornável, independentemente da posição de um ou outro governante. É por isso que viemos.

P. — A mensagem para o PR era igual à mensagem para o Governo? O que diz?

R. — Era única. Dá o ponto de vista da UNITA quanto às negociações (ver caixa). Não é por acaso que eu, chefe do Estado-Maior (com pouco de diplomata) venho a dirigir a delegação. Em 1991, quando havia mecanismos em movimento para aproximação das partes, eu comandava a frente do Luena (ex-Luso). Abri-me através do Wilian Toné (jornalista angolano) e, em 15 de Maio, antes mesmo da iniciativa internacional, assinámos, eu e o Higino [Carneiro, hoje general] e o

exemplo foi sendo seguido. Quando chegou a ONU, já os comandantes estavam a conversar em muitas das áreas.

P. — Qual é a novidade da vossa proposta, em relação ao que se passou em Abidjan?

R. — Queremos criar uma calma. Regressados ao terreno, podemos declarar uma suspensão das hostilidades imediatamente.

P. — Mas isso já tinha sido discutido em Abidjan...

R. — Há uma outra evolução, já adiantada pelo presidente Savimbi ao secretário-geral da ONU, pedindo a data. Não se trata, portanto, de uma decisão unilateral. É o que podemos fazer neste momento.

P. — Mas a divergência já existia: a UNITA defendia a suspensão das hostilidades e o Governo o cessar-fogo, que é muito mais concreto e definitivo que parar simplesmente os tiros.

R. — Tecnicamente, é preciso começar-se por um ponto. A suspensão das hostilidades é a criação de condições para o cessar-fogo. Os políticos do outro lado é que entenderam que a suspensão das hostilidades era uma meta para a UNITA.

Continuação da pág. 6

Corrida contra-relógio

aproximar as partes e ajudar a trazer a paz a Angola."

Os contactos em curso entre diversos chefes de Estado africanos e o representante de Butros-Ghali para o caso angolano, Alioune Blondin Beye, não devem, porém, culminar em algo de palpável antes do dia 15, pelo que, por enquanto, a realidade angolana continuará a ser a guerra e nada mais.

O líder da UNITA, que esta semana enviou a São Tomé o seu representante especial Paulo Lukamba "Gato", indicou que veria com bons olhos a mediação do Presidente Trovoada, uma hipótese que já é do conhecimento dos Estados Unidos. Mas idêntica não seria a posição do Governo de Luanda, que não parece nada interessado em ir agora a correr para um compromisso, pois entende que nos planos político e diplomático se fortaleceu bastante desde

que conseguiu ser reconhecido por Washington; e aposta na hipótese de a ONU vir a ser ainda mais dura com a UNITA do que tem sido até agora, fazendo-a passar claramente pela "má da fita".

Nos últimos dias, o secretário de Estado-adjunto para os Assuntos Africanos, George Moose, telefonou por duas vezes a Savimbi e incitou-o a aceitar o convite do presidente Omar Bongo para ir ao Gabão conferenciar com diversos dirigentes africanos. Mas o líder da UNITA não se mostrou muito receptivo a uma saída imediata para o estrangeiro, preferindo insistir na ideia de uma interrupção das hostilidades, proposta essa que algumas chancelarias consideram acima de tudo um exercício de relações públicas. ■

Jorge Heitor,
com Conceição Lima
em São Tomé

D. Sebastião da UNITA

DO TOYOTA Cressida já só se percebia a cor grená do "capot". Um tanque de guerra tinha-o esmagado e os corpos dos ocupantes tinham sido queimados. O local — em frente à embaixada do Brasil e a uma centena de metros do quartirão onde viveu Savimbi, no Bairro do Miramar — tornou-se um dos pontos mais visitados, na macabra romaria que levou os habitantes da cidade aos lugares da morte nos dias que se seguiram à batalha de Luanda. É que, dizia-se, um dos corpos que ali estava era o de Arlindo Chenda Pena "Ben-Ben", o mais alto responsável militar da UNITA.

Pormenores como os dentes incisivos separados na caveira que restava, ou o relógio de ouro davam verosimilhança à informação. Mas as notícias eram contraditórias e "Ben-Ben" começava a tornar-se no D. Sebastião da UNITA. No dia 13 de Novembro, menos de duas semanas após a batalha, um homem de 35 anos que vinha da cidade vizinha do Cuito procurou em Luanda o enviado permanente do PÚBLICO, para dizer que vira o general: "Eu assustei-me quando o vi e ele riu-se."

No dia 9 de Dezembro, a UNITA emite um comunicado indicando os seus elementos para os lugares deixados vagos no Governo constituído pelo MPLA: "Ben-Ben" é "indigitado" vice-chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas. Gera-se nova perplexidade, até porque o secretário-geral da UNITA (Eugénio Manuvalola) dissera na véspera que o partido nunca tivera contacto com ele.

Os mais cépticos continuavam a não acreditar que o general estivesse vivo, mesmo depois de a representante especial do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, ter dito que o vira, "magro e cansado, mas de saúde", quando se deslocou ao Huambo no dia 2 de Janeiro deste ano. O presidente José Eduardo dos Santos, por exemplo, reafirmaria em entrevista à RTP no mês de Março que "Ben-Ben" estava morto. E, em Luanda, há quem garanta que o seu corpo está guardado como prova... ■

António Matos

Continuação da pág. 7

'Que as negociações levem anos, mas saia algo que dure'

P. — Há quem veja esta vossa proposta como uma forma de ganhar tempo, agora que a UNITA está em dificuldades graves, sobretudo logísticas, perante a ofensiva governamental.

R. — Se eu, enquanto chefe do Estado-Maior viesse a Portugal numa situação dessas, vocês podiam considerar-me um irresponsável! O senhor João de Matos (o homólogo de Ben-Ben no exército governamental) disse, há uma semana, que não podia prosseguir a ofensiva porque não tinha logística.

P. — Que passos se devem seguir à suspensão das hostilidades?

R. — A suspensão das hostilidades permitirá que os negociadores voltem à mesa [das conversações]. E isso já não será como em Abidjan, onde, como havia tiros, a primeira coisa que se fazia era acusações mútuas de ataques — estavam a negociar a guerra. Pensamos que o protocolo de Abidjan é um documento de trabalho que serve de base. Tem lacunas, é verdade...

P. — Então por que é que o não assinam?

R. — Porque não está ainda concluído. Foi apresentado à UNITA para assinar, mas não é um documento de consenso.

P. — Vejamos um dos pontos de maior desacordo: o aquartelamento das forças da UNITA fora das cidades. Até onde é que estariam dispostos a negociar, agora, este ponto?

R. — É um ponto que necessita da presença dos militares para ser abordado tecnicamente. Ora, em Abidjan, não havia nenhum. Li um documento que vinha ao encontro do nosso ponto de vista: cessação de fogo "in situ". Deveria haver, em seguida, um mecanismo neutro para regular a situação no terreno.

P. — Então foi para isso que o MPLA ganhou as eleições? Para a UNITA se manter nas localidades que conquistou depois da derrota eleitoral?

R. — É preciso esclarecer bem isso: houve um levantamento popular [a seguir às eleições], sem utilização de quaisquer armas. Criou-se um vazio, porque as pessoas não sabiam bem o que se tinha passado. Esclareço também que o presidente Savimbi reconheceu o resultado das eleições.

P. — Por que é o senhor a chefiar esta delegação? Porque a sua participação é mais

eficaz que a dos políticos? Ou é por ser o sobrinho do presidente da UNITA e seu delfim?

R. — Chefo porque toca às forças armadas. Quando tivermos uma situação em que for preciso fazer passar uma ordem, os militares só escutam a minha voz porque sabem que ela é resultante de uma ordem do presidente ou da comissão militar. Gostaria de dizer que [Jonas Savimbi] é meu tio porque é irmão mais novo da minha mãe. Perdi o contacto com o presidente Savimbi entre 31 Outubro e 20 de Dezembro. Evitámos mensagens. Mas as tropas que recuaram de Luanda tomaram o Caxito, o Soyo, Uije, Negage, contrariamente àquilo que o presidente Savimbi, que estava em contacto com a senhora Anstee [representante pessoal do secretário-geral da ONU] lhes dizia, em declarações em claro [não cifradas]. Tivemos que fazer uma reunião...

acantonamentos não foi recolhido. O material que nos atacou em Luanda, por exemplo, veio da Funda. Eram as reservas de material do MPLA. Os observadores contabilizavam o armamento, mas este ficava ao lado dos acantonamentos. Pensei que não fosse segredo nenhum, pois os observadores sabem-no.

P. — Como visualiza as grandes questões que vos dividem: governo de transição, extensão ou partilha da administração, acantonamento?

R. — Isso é com os negociadores. Queremos é tornar possível que eles voltem à mesa das negociações. Expresso até a opinião dos oficiais da UNITA: que as negociações levem um, dois, três anos, mas que saia alguma coisa que dure. É preciso que os negociadores ganhem maturidade para assentarem numa

são: a população, que produz alimentação; a população, que nos produz soldados; as fronteiras...

P. — Não precisam também de gasolina e de munições?

R. — Temos fronteiras...

P. — Menos do que tinham antes: a Namíbia tornou-se independente, a África do Sul está num processo de distanciamento...

R. — Temos até mais, porque temos o mar, do Soyo até Luanda, ou até trinta quilómetros de Luanda... Mesmo a província [limítrofe] do Bengo não está protegida: as nossas acções ocorrem num perímetro de menos de 80 quilómetros de Luanda.

P. — Falemos do Cuíto: a UNITA está a cercá-lo há oito meses. Reconhece que tem havido uma resistência heróica por parte das forças do Governo?

R. — Não, não. Eu gostaria de esclarecer um aspecto: neste momento, não é estratégia da UNITA tomar o Cuíto, mas é estratégia da UNITA impedir que o Cuíto esteja livre para receber abastecimentos e tomar o Huambo...

P. — Então sacrificam a vida de milhares de pessoas, que sofrem ao longo de oito meses bombardeamentos constantes, apenas para manter o Cuíto sem abastecimentos?

R. — Recordo-me que, da outra vez, quando passaram [referência ao enviado do PÚBLICO ao Planalto Central, em Abril] me perguntaram se havia estrangeiros. Eu, de facto, não sabia. Foi uma revelação muito posterior, quando, nas áreas que a UNITA foi libertando, encontrou uma comunidade de religiosos, mais tarde a área do bispo... Mas os estrangeiros estão no sistema defensivo, nas ilhas de controlo das forças do MPLA...

P. — As pessoas vão morrendo com os bombardeamentos, fala-se em 15 mil mortos no Cuíto...

R. — Não é verdade. Há muita população que está fora da cidade do Cuíto. Não temos aviação, nunca comprámos um único canhão, temos pouca artilharia. A nossa guerra é de combinação, não precisamos de ocupar terreno com armamento pesado. O armamento de longa distância é uma pintura do MPLA. Apenas queremos impedir que o Bié seja uma frente para a retomada do Huambo.

"Em Abidjan negociou-se a guerra"

"Não acredito numa vitória militar"

"Os depósitos de armas eram do conhecimento dos observadores"

"A conquista do Cuíto não é um objectivo"

P. — Reconhece então que conquistaram cidades...

>>> R. — Comunas e municípios foram acções populares. Casos como o Soyo foram já uma manifestação de frustração da parte dos militares. Eu até encorajei, por exemplo, no Caxito, pois funcionou como porta de recuperação dos fugitivos de Luanda — foi o caso do general [Paulo Lukamba] Gato e de uma coluna com perto de 700 homens, trezentos dos quais tinham a especialidade de protectores de individualidades e de edifícios. Nem eu tinha coragem de dizer que não criassem ali uma base de respiração para salvar os nossos homens — tanto lá como no Uije.

P. — Disse à SIC que a UNITA não precisa de comprar armamento porque tinha guardado material em depósitos. Essa é a prova de que estavam a agir de má fé, antes das eleições.

R. — Quando disse isso, estava a ser honesto e os que acompanharam o processo entenderam. O material que estava nos

coisa qualquer. Para isso, no entanto, precisam de ter um ambiente de calma e saberem que, no terreno, as pessoas não estão a morrer. Infelizmente, o que tem acontecido é que as negociações enquadram-se em certos eventos: até dia tal tem que ser assim...

P. — Dá ideia que vieram cá precisamente por causa de um evento: o dia 15, para quando está marcada a reunião do Conselho de Segurança da ONU que vos penalizará se não houver negociações?

R. — Fomos muito mais motivados pela razão interna: o que se passa em Angola. As pessoas só falam no Huambo e no Cuíto, mas há bombardeamentos indiscriminados em todo o lado pela aviação do MPLA. Nós não podemos colocar antiaéreas em todas as aldeias...

P. — Está a dizer-nos que a vinda desta delegação tem motivações mais militares do que diplomáticas...

R. — São propostas militares que eu trago.

P. — Neste momento, a dispersão das vossas tropas pelo território pode ser uma fraqueza ou, pelo menos, uma desvantagem...

R. — Nós não precisamos de ocupar todo o território que controlamos. As nossas vantagens

Continua na pág. 9

Observadores condenam Savimbi e não recebem delegação da UNITA

Documento de seis pontos ficou por entregar à "troika"

PÚBLICO, 11.9.93

A HIPÓTESE de os enviados de Savimbi apresentarem pessoalmente aos representantes da "troika" de observadores do processo de paz angolano o documento de seis pontos que motivou a sua deslocação a Lisboa foi definitivamente afastada ontem de manhã, quando os representantes dos EUA e da Rússia na "troika" recusaram um pedido de audiência formulado pela UNITA. O documento, que Ben-Ben entregou na quinta-feira a Mário Soares e que este imediatamente encaminhou para o Governo, é um texto de pouco mais de uma página, datado de 4 de Setembro e composto por seis pontos, sob o título "Ponto de Vista da UNITA sobre as Negociações de Paz em Angola".

No primeiro ponto, o movimento de Jonas Savimbi sustenta que o conflito "tem como causa fundamental o genocídio étnico praticado pelo Governo do MPLA". No ponto dois, a UNITA defende que "não se devem impor aos angolanos posições conjunturais decorrentes de qualquer fórum internacional". No ponto três pede-se "imaginação" à mediação e no item seguinte afirma-se que a observação dos acordos de Bicesse está "viciada", como revela o fornecimento de armas ao MPLA por países envolvidos no processo. O ponto cinco retoma as acusações de "genocídio generalizado", re-

ferindo os casos de Luanda, Malange, Kwanza Sul, Benguela, Lobito, Moçico, Menongue, Namibe, Cunene, Huambo, Lunda Sul e Lunda Norte. O sexto e último ponto exige que uma nova ronda negociada seja preparada "com a participação das partes, em contacto com a mediação".

Coube a António Senfelt, director dos Serviços da África Sub-Sahariana do MNE e representante de Portugal neste encontro da "troika" realizado ontem no Palácio das Necessidades, a tarefa de transmitir a Robert Cabelly e a Sasonov o pedido de audiência da UNITA.

Ainda na tarde de quinta-feira, a representação do movimento de Jonas Savimbi em Lisboa tinha solicitado ao representante português que auscultasse os demais observadores. Chegou a discutir-se uma hora — 17h —, na perspectiva de uma reacção positiva dos parceiros de Portugal na "troika". O horário não agradava à UNITA, que alegava compromisso da delegação ao fim da tarde e preferiria avistar-se com a "troika" mais cedo, a tempo de tentar influenciar o resultado da reunião.

Conhecido o "não" de russos e americanos, Portugal manteve a disponibilidade de pôr a sua própria representação na "troika" em contacto com a delegação chefiada pelo general Ben-Ben. Uma possibilidade que, até on-

tem à noite, não tinha sido explorada pelos enviados de Savimbi. Aparentemente, Ben-Ben, Valentim e Maruvakola teriam apostado tudo numa reunião com o conjunto da "troika". E a aposta estava perdida.

"Troika" muito dura

Mas os problemas da UNITA ainda não tinham terminado. Ao princípio da noite era divulgada a declaração conjunta dos observadores, muito dura para com o movimento de Savimbi.

Atribuindo a intensificação da guerra a uma "ofensiva militar da UNITA", a "troika" afirma que são "legítimos" os "esforços do Governo da República de Angola na sua defesa".

Ao manifestar a "satisfação" pelas iniciativas dos respectivos Governos e da ONU, os três observadores dizem que elas têm por objectivo "persuadir o líder da UNITA a regressar à mesa das negociações, com base nos Acordos de Paz, na plena aceita-

ção dos resultados das eleições de Setembro de 1992 e nos entendimentos suplementares alcançados em Abidjan".

O ponto dedicado à "trágica situação humanitária" em Angola também não poupa Savimbi, ao exigir "a libertação imediata de todos os estrangeiros em poder da UNITA", omitindo qualquer referência a situações desse tipo nas áreas controladas pelo Governo de Luanda.

Ao referir a reunião do Conselho de Segurança da ONU que voltará a abordar a questão de Angola — marcada para a próxima quarta-feira e fonte das maiores preocupações para o movimento de Savimbi —, as delegações da "troika" decidiram "recomendar aos seus respectivos Governos medidas a serem apresentadas ao Conselho de Segurança, com o fito de restringir a capacidade da UNITA em prosseguir a guerra, bem como de tornar bem claro à UNITA a necessidade de retomar as negociações". ■

Joaquim Trigo de Negreiros



Continuação da pág. 8

'Que as negociações levem anos, mas saia algo que dure'

P. — Hoje, o mundo crítica a UNITA que perdeu apoios nos EUA, na Europa e também na opinião pública. Sentiu isso nestes dias?

R. — Não perdemos nada e a prova é que estamos aqui.

P. — Quais seriam as consequências de uma nova condenação da UNITA pelo Conselho de Segurança da ONU, no próximo dia 15?

R. — Estou preparado para tudo o que vier. Mas será a penalização do Conselho de Segurança uma solução para o problema de Angola? Como não acredito numa vitória militar, seja do MPLA ou da UNITA, em que é que isso vai contribuir para a paz em Angola?

P. — As Nações Unidas admitem a hipótese de um embargo à UNITA...

R. — Se nós não estamos a receber nenhum

armamento, o embargo à UNITA vai influenciar em quê?

P. — Depois de Portugal, vai tentar visitar outros países?

R. — Quando partimos de Angola, tínhamos a nossa missão dirigida para Portugal. Mas noutros países de África até fomos recebidos por chefes de Estado. Quando passámos em Paris, houve indivíduos que vieram contactar-nos para informar o Governo sobre a nossa posição. Não estamos isolados e entendo que vamos ser sempre procurados, porque não procurar a UNITA é não procurar uma solução para Angola.

P. — Sente-se humilhado por não ter sido recebido em Portugal pelo Governo?

R. — De maneira ne-

nhuma. Sinto-me satisfeito, porque a nossa mensagem passou.

P. — Voltemos à vossa proposta. Como encaram solução do problema: através de eleições, da administração descentralizada, ou exigem fazer parte de um governo de transição?

R. — A proposta militar está raciocinada em termos de evolução aritmética: queremos assegurar o processo, porque os negociadores vão ter um exercício muito difícil.

P. — Com os dois exércitos ainda, como se não tivesse havido eleições?

R. — Os dois exércitos não se chegaram a constituir como FAA (Forças Armadas Angolanas). Hoje, o que se passa são combates entre as FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola, da UNITA) e as FAPLA (Forças Ar-

madas Populares de Libertação de Angola, do MPLA). Eu, teoricamente, sou o vice-chefe de Estado-Maior das FAA; só que estou a comandar as FALA. O senhor João de Matos está a comandar as FAPLA, mas, de uma forma escandalosa, com o nome de FAA.

P. — No fundo, diz que a mensagem ficou. Mas será que passou?

R. — Isso agora depende de quem ouviu a mensagem, como é que digeriu a mensagem...

P. — O que leva na bagagem para Jonas Savimbi?

R. — Levo o encorajamento dos vários círculos e vou negar que o apoio dos vários círculos à UNITA diminuiu. Não é verdade, porque faltou informação, foi o vazio de informação. Vou recomendar ao presidente que é preciso enviar informações reais de Angola. ■

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA UNITA

EXPRESSO, 11.9.93

«É preciso calar as armas para se negociar a sério»

EXPRESSO — Qual é, a situação militar em Angola?

ARLINDO PENA «BEN-BEN» — Quando saímos, a situação estava controlada. Não há actualmente movimentações significativas.

EXP. — Mas o MPLA está a avançar...

A.P. — O MPLA tinha aberto quatro eixos de ataque ao Huambo: um a partir de Benguela em direcção à Ganda, outro a partir do Lobito em direcção a Bocoio, o terceiro de Lubango em direcção a Kaconda e o quarto com base em Uaco Congo. Avançaram uns poucos quilómetros com muita fanfarras, mas neste momento pararam.

EXP. — Como explica que a UNITA não consiga tomar o Cuíto?

A.P. — Não faz parte da estratégia da UNITA.

EXP. — Mas não nega esses esforços?

A.P. — O Cuíto era a posição mais bem defendida do MPLA no Planalto, em termos de efectivos e de armamento sofisticado. As tropas governamentais no Cuíto não são, como no Huambo, desmobilizados e simpatizantes do MPLA armados à pressa. São unidades da antiga 16ª Brigada das FAPLA.

EXP. — A cidade está completamente cercada?

A.P. — Nós circulamos por todo o asfalto. A estrada principal que vai para Oeste está sob nosso controlo. O MPLA ocupa o antigo quartel do Exército português, o aeroporto, o palácio do Governo (provincial) e a

zona do Cunje.

EXP. — A UNITA pode garantir a segurança dos portugueses no Cuíto?

A.P. — Houve uma tentativa por parte do MPLA de instrumentalizar os portugueses, colocando-os em zonas de combate para servir de escudo humano ou de moeda de troca para pressões políticas.

EXP. — Mas tem sido a UNITA a impedir a chegada de ajuda humanitária...

A.P. — Os estrangeiros que se encontravam nas zonas ocupadas pela UNITA e que quiseram sair por motivos de segurança foram evacuados para o Huambo, onde existe calma relativa e estão representantes da Cruz Vermelha. A área do bispado está sob controlo das nos-

as tropas. O bispo não quis sair, dizendo: «Tenho aqui muitos crentes. Não os posso deixar».

EXP. — Onde consegue a UNITA as armas, munições e combustíveis?

A.P. — Não compramos armas a ninguém. O material que utilizamos é o que tínhamos armazenado. Nunca recebemos material de fora.

EXP. — Quanto tempo podem aguentar?

A.P. — O tempo que for preciso para nos defendermos. Não queremos fazer ofensivas, que requerem muito material.

EXP. — Antes das eleições, disse Luanda que era impossível outra guerra em An-

Continua na pág. 11

“Portugueses podem sair do Cuíto por um corredor”

PÚBLICO, 11.9.93

ALERTADO pelos homens da segurança, o representante da UNITA em Portugal, Adalberto Júnior, juntou-se ao general Ben-Ben quando a entrevista entrou no mais quente dos temas da actualidade luso-angolana: os cerca de 130 portugueses e respectivas famílias a quem os homens de Savimbi alegadamente impedem de abandonar Cuíto (ex-Silva Porto), a capital da província do Bié, há oito meses cercada pela UNITA.

Adalberto Júnior garante ter sugerido ao gabinete do secretário de estado da Cooperação que se estudasse a eventualidade de “um acordo tácito” entre os comandantes militares da UNITA e do MPLA, no terreno, “criando um corredor de segurança” que permitisse a saída dos portugueses das zonas de combate. “Isto evoluiu para a imprensa em termos completamente diferentes”, acusa o representante da UNITA, segundo o qual existe uma “limitação de liberdades” e um “controlo de opinião” sobre os cidadãos portugueses, resultante de manobras de intoxicação informativa vindas de Luanda, e a que a imprensa “dá cobertura”.

Adalberto Júnior apontou, a propósito, o exemplo de uma notícia, dada pelas rádios e televisões no dia da chegada da delegação, anunciando que o representante da UNITA para a África Austral tinha abandonado o partido de Savimbi. “Na UNITA ninguém o conhece. Algum jornalista se preocupou em investigar quem era a personagem? Se o tivesse feito, chegava à conclusão que foi criada no [palácio presidencial do] Futungo, em Luanda”.

Quanto a Ben-Ben — que garantiu ao PÚBLICO não existir neste momento nenhum português preso nas cadeias da UNITA — diz que a saída dos estrangeiros do Cuíto já começou, através das linhas do seu exército, e reafirma a viabilidade de um acordo no terreno, que permita a evacuação dos portugueses refugiados na zona ocupada pelas tropas governamentais.

PÚBLICO — Quando o dr. Savimbi telefonou ao Presidente Mário Soares assegurou a protecção e a segurança dos portugueses que estavam no Cuíto,

acrescentando que muitos deles estavam concentrados precisamente no bispado e outros na casa de um comerciante local. O senhor general já aqui em Lisboa disse que não há nenhum português nas áreas controladas pela UNITA. Em que ficamos?

BEN-BEN. — Disse que não havia no Cuíto, porque todos os estrangeiros que quiseram sair foram movimentados para o bispado e neste momento estão no Huambo.

P. — Já houve portugueses no bispado do Cuíto e já lá não se encontra nenhum. É isso que está a dizer?

R. — Não consigo precisar, mas houve estrangeiros, inclusive de raça branca, que foram movimentados para o bispado do Huambo. O presidente Savimbi quando telefonou para o senhor Presidente Mário Soares, recebemos imediatamente uma baixada. Para dizer — com tonalidade nos portugueses, mas em relação a todos os estrangeiros que estão na nossa área — que saiam. A forma como a propaganda do MPLA está a manipular dá a entender que a UNITA sacrifica tudo. Ora nós sabemos que a população do Bié votou maioritariamente na UNITA. Seria um contra-senso estarmos a matar a população.

P. — O governo de Angola permitiu que um avião fosse lá buscar os portugueses. Porque é que vocês não aceitaram?

R. — Alguém está a retê-los e é o MPLA que está com eles...

P. — O MPLA disse que aceitava a ida de um avião português; os senhores, não.

R. — Fizemos propostas concretas: há comandantes do MPLA e da UNITA no terreno e há um terceiro elemento, que é a ONU, que podiam viabilizar tecnicamente. Mas no dia em que os helicópteros partiram da Catumbela para ver as condições da pista, aterraram no aeroporto do Huambo e o Bié [Cuíto] estava debaixo de um forte bombardeamento de MIG. Os helicópteros da ONU tiveram de regressar à Catumbela.

P. — Está a dizer, portanto, que se o Governo português tiver um avião para ir ao Cuíto amanhã, a UNITA deixa?

R. — Se eu estivesse no terreno, para garantir a segurança desta operação, dizia o tempo de que precisava e era necessário que os dois comandantes locais estivessem em comunicação.

P. — O senhor diz aqui publicamente que o Comandante Chefe das FALA autorizará que um avião português vá buscar os portugueses que estão no Cuíto?

R. — Se eu disser autorizo pode subentender-se que eu é que não estou a autorizar. ■ A.G./A.M./J.T.M.

Continuação da pág. 10

«É preciso calar as armas para se negociar a sério»

gola porque os militares do MPLA e da UNITA não voltariam a empenhar armas uns contra os outros...

A.P. — Os militares cumprem ordens. Os políticos impuseram a situação de guerra.

EXP. — Estaria disposto a encontrar-se hoje com o general Higinio [chefe do estado-maior das FAA]?

A.P. — Absolutamente. Ouvi dizer que ele está em Lisboa. Lanço-lhe o desafio de se encontrar comigo.

EXP. — Esta visita é uma tentativa para romper o isolamento internacional da UNITA?

A.P. — É uma missão de paz. A UNITA não está isolada. Antes de virmos, passámos por vários países africanos e fomos bem recebidos. Estivemos com o Presidente Mobutu e com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa de Marfim, Essy Amara.

EXP. — A UNITA foi condenada pelo Conselho de Segurança da ONU.

A.P. — Nós, militares, não sentimos que estas condenações tivessem efeitos práticos.

EXP. — Era considerado um falcão e agora aparece como chefe de uma missão de paz. Como explica isso?

A.P. — Sou chefe do Estado-Maior e estou aqui também para exprimir as ideias de alguns oficiais [da UNITA] que se reuniram para ver o que é possível fazer para que os políticos se encontrem e a aproximação seja mais transparente.

EXP. — Savimbi ouviu mais os militares ou os conselheiros políticos?

A.P. — Nós apresentámos a nossa proposta. Ela não foi recusada e estou aqui.

EXP. — Várias vezes Savimbi disse que estaria dis-

posto a assinar e cessar-fogo mas que os seus militares não queriam...

A.P. — É verdade. Quando viemos do Uíge para o Huambo, houve um debate muito sério. Nós, militares, dizíamos: «Fomos corridos de Luanda, os nossos camaradas estão presos, outros mortos, porque não atacamos para inverter a situação?». Para o Dr. Savimbi, a guerra não era a solução, e depois de recomçada seria muito difícil conseguir novo acordo. Nesta altura, ganharam os militares porque a UNITA não teve outra opção. Era pegar em armas ou deixar-se matar.

EXP. — Em que base propõe retomar as negociações?

A.P. — Os documentos de Bicesse ou Abidjan são acordos inacabados. Podem servir de base, mas uma negociação é mais complicada e pode levar meses ou anos. Veja as negociações israelo-palestinianas.

EXP. — Os pontos que impediram a assinatura do protocolo de Abidjan — desmilitarização das cidades e extensão da administração governamental a todo o território — são os mesmos que estão a negociar?

A.P. — São problemas técnicos. O aspecto mais grave é que em Abidjan não houve consenso. Cada parte apresentou as suas preocupações, as suas ideias, e os mediadores quiseram impor a sua solução: «O acordo é este, vocês assinem». Não se pode negociar assim.

EXP. — Qual é a sua mensagem ao Governo português e aos outros membros da «troika»?

A.P. — Se o encontro for possível, vamos explicar o nosso ponto de vista. Dissemos que o Governo português deveria desempenhar um papel mais activo, ter uma iniciativa própria. A UNITA não tem diferendo ou conflito com os portugueses, nem com o Governo português.

EXP. — Mas as acusações e

os insultos não podem ser simplesmente esquecidos.

A.P. — A UNITA não tem qualquer diferendo com o Governo português. Os problemas são conjunturais. Seja como for, estamos a pedir agora que Portugal tenha um papel mais activo, é uma prova de confiança.

EXP. — Portugal não desempenhou o seu papel de observador com objectividade?

A.P. — Portugal está a fazer coisas que não devia. Fornece instrutores, munições ao MPLA. «Rockets» disparados contra o Huambo têm inscrições em português. O povo angolano sabe disto e vê que Portugal não está equidistante, que se colocou ao lado do MPLA. Sem conduzir o processo, Portugal poderia tomar iniciativas, fazer propostas, até para ajudar os Estados Unidos, que não têm o mesmo conhecimento de Angola e das sensibilidades dos angolanos. O Governo português pode influenciar os americanos.

EXP. — Acha que o Presidente da República tem melhor compreensão que o primeiro-ministro?

A.P. — Penso que o Presidente Soares quer aproveitar o conhecimento que tem de Angola para desempenhar um papel mais activo e que está numa posição privilegiada para o fazer devido à sua personalidade e experiência política.

EXP. — A mensagem que entregou ao Presidente Soares tinha propostas novas?

A.P. — Não apresentamos nenhum plano concreto. Mas reafirmamos a intenção de proclamar uma suspensão das hostilidades quando regressarmos a Angola. Nós, militares, entendemos necessário criar condições para que os políticos pos-

sam negociar sem estar sob pressão. Enquanto houver tiros, a população sofre, a ajuda humanitária não chega... Quando as armas se calarem o diálogo será diferente.

EXP. — Isso não é um sinal de fraqueza militar por parte da UNITA?

A.P. — Não estamos em dificuldades e não viemos pedir ajudas. Como disse, a suspensão das hostilidades é apenas o primeiro passo. Não quer dizer que a guerra vá acabar logo.

EXP. — Está em condições de garantir o respeito de um cessar-fogo?

A.P. — Se o fizemos há dois anos, as probabilidades de o conseguir hoje são ainda maiores, graças à experiência e conhecimentos acumulados.

EXP. — Mas há também muito ódio acumulado...

A.P. — O ódio aumenta a cada dia e isso é mais uma razão para suspender as hostilidades.

EXP. — A UNITA perdeu credibilidade internacional...

A.P. — No contexto actual, não vale a pena continuar a discutir os resultados das eleições. A ONU aceitou-os como válidos. Não podem voltar atrás e a UNITA tem consciência disso. Porém, internamente, a UNITA está mais forte que nunca e ganhou muitas adesões.

EXP. — A UNITA nunca aceitará esses resultados?

A.P. — Aceitámos os resultados da primeira volta das presidenciais porque não queremos a guerra. Agora é preciso negociar os mecanismos da segunda volta, e isso o MPLA não quer.

EXP. — A recusa do Governo em receber a delegação da UNITA significará o fracasso desta missão?

A.P. — Espero que o Governo português reveja a sua posição. Tenho várias coisas na manga que seria do seu interesse conhecer. Se o encontro não for possível, teremos muita pena, mas a mensagem foi transmitida e estou convencido de que será ouvida. Eu sou optimista.

Apelo a Pretória

PÚBLICO, 11.9.93

SEISCENTOS antigos e actuais elementos de unidades especiais das Forças Armadas sul-africanas foram contactados para apoiar o relançamento do Exército angolano, anunciou ontem o semanário liberal "Weekly Mail", de Joanesburgo. O reforço visaria intensificar o assalto a posições da UNITA e o ordenado mensal rondaria os 10.000 dólares (cerca de 1.660 contos).

Sem confirmar por completo, o Chefe do Estado-Maior do Exército sul-africa-

no, general Georg Meiring, disse apenas que uma "organização estrangeira" está a tentar recrutar militares na África do Sul, para actividades em Angola. E o seu homólogo angolano, general João de Matos, rejeitou quaisquer tentativas de recrutamento, mas disse — por outro lado — que a África do Sul fez propostas concretas de apoio às Forças Armadas Angolanas (FAA), em resposta ao interesse de Luanda em reforçar a sua operacionalidade.

Estas notícias, apesar dos pormenores contraditórios que possam conter, parecem testemunhar uma certa hipótese de colaboração entre forças que durante cerca de 16 anos foram inimigas; e, também, do desejo luandense de retomar uma parte da iniciativa militar perdida durante os primeiros oito meses da actual guerra civil.

A verdade é que a Rádio Nacional de Angola continua a dizer que a UNITA está a infiltrar combatentes em todas as zonas da cidade do Cuito, que é já um montão de ruínas e onde desde o início do ano teriam morrido mais de 15.000 pessoas, tanto devido aos combates como a

doenças e a fome. E que os governamentais se movem sobretudo ao longo das terras do litoral, desde Cabinda ao Namibe, deixando aos homens da UNITA o controlo de grande parte do interior, desde o Uíge e N'dalatando até à fronteira com a Zâmbia.

Entretanto, centenas de habitantes da cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango, foram retiradas para Luanda, a cerca de mil quilómetros, no quadro de uma operação humanitária organizada pelo Governo, cujas tropas recentemente conseguiram abrandar o cerco a que ali estavam sujeitas. ■

General Ben-Ben Como fugi de Luanda

A SITUAÇÃO ficara mais tensa depois da primeira volta das eleições em Angola. A recusa de Savimbi em aceitar os resultados tinha sido amenizada pelo desejo de retomar as negociações tendo em vista a segunda volta das eleições e o reenquadramento das tropas da UNITA que entretanto tinham saído das Forças Armadas de Angola — o efémero exército único. Os acontecimentos precipitaram-se no fim-de-semana de 31 de Outubro para 1 de Novembro de 1992. Membro da delegação da UNITA junto à CCPM e chefe de Estado-Maior das tropas de Savimbi, o general Ben-Ben é uma testemunha privilegiada dessa noite das facas longas. Durante meses foi dado como morto, até que a sua presença foi referenciada na cidade pouco antes da batalha do Huambo. Eis o seu relato da fuga de Luanda.

EM PLENAS negociações, sábado de manhã (31 de Outubro de 1992), no edifício da CCPM, ouvimos tiros: o nosso hotel, o Turismo, estava debaixo de fogo. Estava com os generais Higinio [Higinio Carneiro, da CCPM, em representação das FAPLA] e N'Dalu [idem], tentei regressar ao hotel mas já não foi possível. Arranquei então para o Miramar, para a residência do dr. Savimbi. Passados dez minutos, a nossa área foi alvo de bombardeamentos fortes. Estavam presentes o vice-presidente [da UNITA], dr. Jeremias Chitunda, o secretário para os Negócios Estrangeiros, Abel Chivukuvuku, e o eng. Salupeto Pena.

Chegámos à conclusão de que havia uma tentativa de cerco e aniquilamento de todo o quarteirão do Miramar e conseguimos telefonar para o dr. Savimbi. Disse-nos que, se estávamos em contacto com os comandantes do MPLA, tínhamos de lhes pedir para parar o fogo. Contactei o Higinio e o general N'Dalu. Pedimos-lhes para pararem com o tiroteio. Responderam-me que não estavam à altura de o fazer. Textualmente — lembro-me como se fosse ontem —, disseram-me: «As ordens vieram do Futungo [sede da Presidência], nós não podemos intervir».

Perguntei ao Higinio onde nos podíamos reunir e ele disse-me que estava no Méridien com os diplomatas. Fui às embaixadas, para ver se conseguíamos abrigo, mas não estava lá ninguém. O Presidente Savimbi disse-nos, como tínhamos as coisas todas juntas — telefones, rádios, etc., —, para as mudarmos para não perdermos a comunicação. Pegámos em alguns aparelhos para levar para a periferia mas vimos que estávamos cercados e que qualquer saída tinha que ser a tiro. Pedi o camuflado e a arma de um soldado e peguei nos telefones. Disse ao vice-presidente e a Chivukuvuku que deveriam ir para uma embaixada e esperar pelo evoluir da situação, enquanto eu e o Salupeto fomos ocupar uma estação telefónica para manter a comunicação com o dr. Savimbi.

ARRANCAMOS com duas viaturas, mas passados 50 metros caímos numa emboscada. Dos meus três seguranças dois morreram logo ali. O terceiro conseguiu proteger a minha saída, mas também apanhou um tiro. Tentei saltar pelos muros, e foi nessa altura que me apareceu um dos seguranças do eng. Salupeto. Eram mais ou menos cinco da tarde. A minha ideia era ir para a nossa delegação do Kikolo, mas antes de lá chegarmos encontramos um simpático nosso que nos disse: «Não vale a pena ir para o Kikolo porque eles já pisaram [destruíram] a delegação».

EXPRESSO, 11.9.93

Sabia que havia uma clínica da UNITA ao lado do Kikolo, mas toda a área estava infestada. Chegámos perto da clínica mas os tanques já tinham arrasado aquilo. Fiquei sem saber o que fazer. Em pleno bairro de Kikolo — já eram umas sete e meia da noite — batemos a várias portas. Passadas duas horas, calhou bater à porta de uma casa onde encontrei um oficial das FAPLA [tropas governamentais] que estava nas FAA [Forças Armadas de Angola].

Não me conhecia fisicamente mas conhecia o meu nome, e, depois de uma aproximação cuidadosa, expliquei o que tinha ocorrido, e a primeira coisa que nos disse foi para nos vestirmos à civil. Ele estava de tal modo

preocupado que eu também me comeci a preocupar: seria um oficial honesto? Não me iria trair? Por tudo o que já tinha feito por mim tinha razões para confiar. No final do primeiro dia, veio ter connosco e disse: «Até aqui não consegui fazer nada». Acrescentou que devíamos encarar a hipótese de abandonar a área, que havia perseguições de simpatizantes, rusgas, etc. Tudo o que lhe pedi foi para me fazer um «croquis» do rio Zenza. Traçou-me os pontos cardiais e os sítios por onde poderíamos sair, e referiu as dificuldades de o atravessar. Pedi-lhe que nos desse uma rota através da qual nos pudessemos aproximar do Caxito, onde eu sabia que havia confrontos mas onde as nossas forças eram superiores. Deu-nos as indicações, e até algum dinheiro porque nós não trazíamos nada. Sai pelo Kifandongo, não pela estrada mas paralelamente a ela, porque havia iluminação.

APANHEI a jangada na área do Panguila. Tivemos de descer um pouco para evitar a protecção, e às 4 da manhã encontramos populares com quem tivemos uma conversa que durou duas horas, tentando convencê-los a levarem-nos para o outro lado do rio. Disse-lhes que, se não nos ajudassem, iriam ter problemas porque se fôssemos apanhados diríamos que eles estavam connosco. Foi uma chantagem, mas dei-lhes dinheiro e eles lá nos ajudaram a passar o rio.

Fui andando ao longo da margem. Havia populações dispersas que nos disseram que esta era a rota que os militares da UNITA estavam a utilizar para sair de Luanda, em direcção ao Caxito. Uma família contou-nos que, no dia anterior, um grupo de militares da UNITA tinha sido enganado por um velhote afecto ao MPLA que os fizera atravessar o rio outra vez levando-os em direcção a um posto de polícia onde agora estão presos.

Resolvemos não pedir mais nada a ninguém e continuar andando. Quando apanhámos o paralelo do acantonamento da Funda (que tinha visitado numa missão de fiscalização), passámos a utilizar várias identificações. Dizíamos que éramos um grupo de reconhecimento partido de Luanda com missão de inspeccionar a situação no Caxito, ou que éramos da fiscalização da Funda. Encontrámos populações que, respondendo a perguntas indirectas, nos ajudaram [era o segundo dia da caminhada].

A parte mais difícil foi quando deixámos o Zenza. Foram 50 a 60 km sem água, andámos 15 horas, às voltas. Quando chegámos ao rio Dange apanhámos um afluxo de população que

Continua na pág. 13

Continuação de
pág. 12

Como fugi de Luanda

estava a fugir de Caxito para Luanda. Identificámo-nos como homens do MPLA, fomos contactando a polícia, e foi ela que nos conduziu até ao Dange, cuja ponte já estava destruída.

Foi então que um polícia nos disse: «Já que estão com uma missão especial vou revelar-lhes um segredo: há a ponte da Açucareira, que podem utilizar, porque eu sei que a UNITA que está no Caxito não a conhece». Fez-nos muitas recomendações e levou-nos até à ponte. Andámos mais meia hora, apanhámos o asfalto e depáramos com uma GMC, viatura típica da UNITA. Identificámo-nos, dissemos que éramos da UNITA e que queríamos falar com o comandante. Precisamente nessa altura, era o quarto dia, o general Numa estava a falar com o dr. Savimbi que lhe perguntava se sabia alguma coisa em relação ao nosso paradeiro. Imediatamente comunicou que tínhamos apanhado.

TÍNHAMOS por missão recolher os grupos que estavam a sair de Luanda e estabilizar a situação militar na área. Passada uma semana, conseguimos recolher quase todos os grupos. Havia entre esta gente um nervosismo incontornável — Caxito estava sob o nosso controlo mas estávamos sufocados porque recebíamos que as tropas governamentais no Soyo viessem atacar-nos pela marginal do Ambriz. Mal o Caxito ficou controlado, enviei tropas para o Ambriz porque tínhamos também que Luanda desembarcasse ali tropas para nos atacar.

«Agora que estamos aqui vamos-nos vingar do que aconteceu em Luanda», diziam os soldados, mas eu respondi que somos militares e que uma actividade militar não pode ter como único objectivo a vingança. Sabíamos que devíamos partir, que esta era a intenção da direcção, mas como?

No Huambo a situação também não era calma; não era uma situação de grande segurança de modo a iniciarmos uma viagem a pé, porque os poucos carros que tínhamos não podiam aguentar a viagem e nem sequer havia combustível. A direcção tinha-nos dito que queria lá o pessoal vindo de Luanda.

Iniciámos a marcha, fomos desenvolvendo algumas acções e fizemos uma penetração no Uíge, donde os nossos homens estavam em risco de serem corridos. Os homens do Governo começaram então a dizer para Luanda que a situação era difícil, que a UNITA tinha superioridade. Luanda prometeu enviar polícia e tropas para segurar a situação.

Os incidentes eram muitos porque era difícil a um militar corrido de Luanda resistir no Uíge à mínima provocação. Houve uma pequena refrega, tudo pegou fogo e as nossas tropas ocuparam o Uíge; seguiu-se o Negage e o Soyo.

Como não eram exactamente ataques coordenados, mas o resultado de uma frustração e o desejo de criar uma zona de segurança, acabámos por ser repreendidos pela direcção, que não tinha nos seus planos estas acções. Tive que explicar que houve uma reacção espontânea, que nem eu próprio, como comandante, tinha o controlo. Como a direcção queria desenvolver contactos com as organizações humanitárias e com a ONU, disse-nos que devíamos permitir que o Governo retomasse a administração das localidades ocupadas. Nesta altura já tínhamos estudado uma rota (para ir ao Huambo): a partir do Uíge podíamos seguir por Samba Cajú, contornando Malange, passar o Cuanza e chegar, com viaturas, ao Huambo.

Deixei o general Numa lá em cima, organizei uma coluna de dez viaturas e contornámos Malange viajando, inclusive, de dia, no asfalto. Cheguei ao Huambo a 19 de dezembro (um mês e 19 dias depois).

NO HUAMBO a situação era tensa. O presidente [Savimbi] comunicou connosco antes de chegarmos à cidade para nos dizer: «Se vocês chegam ao Huambo os governamentais vão compreender que vieram com uma mensagem de guerra e a coisa pode rebentar de um momento para outro. Venham de uma forma discreta».

Fomos a casa do presidente, que nos disse: «Quando o MPLA sentir que vocês estão aqui, vai iniciar o ataque. Como não nos interessa que o ataque comece agora, têm que ficar quietos, não se apresentem a público». Mas por altura do Natal já circulavam rumores sobre a minha presença.

Entretanto, o MPLA dizia que ia atacar, que o 25 era um dia grande da UNITA, que a UNITA ia aproveitar para atacar. Havia nítidos preparativos para a guerra. Nesse dia fui destacado para fora da cidade, juntamente com os generais Numa e Dembo. Pelo discurso [de Savimbi] compreendi que a situação estava tão tensa que o MPLA podia atacar de um momento para outro [o que aconteceu dois dias depois].



Cavaco tem plano militar para intervir em Angola

EXPRESSO, 11.9.93

PORTUGAL poderá vir a intervir militarmente em Angola se os interesses e a segurança dos portugueses estiverem a qualquer momento em perigo iminente e Luanda autorizar a operação — disse ao EXPRESSO uma fonte castrense. A hipótese, ainda que à primeira vista remota, está consagrada num documento que se encontra em poder do primeiro-ministro. Qualquer intervenção armada naquele país africano seria de qualquer modo sujeita à aprovação concertada do chefe do Governo e do Presidente da República.

O plano, guardado no segredo dos deuses, só será desencadeado em última instância e apenas se as circunstâncias o determinarem. Fontes políticas e militares contactadas pelo EXPRESSO acham que, para já, a natureza do plano, de inequívoco melindre diplomático, é mais preventiva do que efectiva.

«Quando há milhares de portugueses a correr perigo de vida, torna-se fundamental que o Estado se obrigue a cuidar da sua sorte,

Continua na pág. 14

UNITA rejeitou encontro com funcionários do MNE

EXPRESSO, 11 9 93

A DELEGAÇÃO da UNITA chefiada pelo general Arlindo Pena Ben-Ben recusou o convite para um encontro com o representante português na «troika» de observadores que esteve reunida ontem em Lisboa, soube o EXPRESSO de fonte diplomática.

A audiência foi proposta à missão depois de os representantes dos EUA e da Rússia se terem recusado a receber Ben-Ben com dois argumentos: por não estarem mandatados pelos respectivos Governos e por considerarem o encontro inoportuno, visto que estão em curso diligências do secretário-geral da ONU para levar a UNITA à mesa das negociações.

Durão Barroso deu instruções ao director do Ministério dos Negócios Estrangeiros para as questões africanas, António Fennfelt — representante de Portugal na reunião da «troika» — para que propusesse aos EUA e à Rússia a concessão de uma

audiência à delegação chefiada por Ben-Ben, que havia manifestado à parte portuguesa o desejo de ser recebida. Os representantes russo e americano expuseram as suas razões contra tal encontro mas não viram inconveniente em que, havendo disponibilidade da parte portuguesa, esta viesse a receber a UNITA. Os enviados de Savimbi foram então contactados, mas recusaram-se a ser recebidos nestas condições.

A «troika» apreciou a carta de Jonas Savimbi que a delegação trouxe a Mário Soares e terá concluído, segundo uma outra fonte ligada ao processo, que ela «não traz nada de novo» e que «confirma que esta viagem não passou de uma manobra de diversão». Na verdade, o documento entregue ao Presidente da República, a que o EXPRESSO teve acesso, não adianta qualquer proposta negocial para se sair do impasse, o que parece dar razão às reservas colocadas

desde a primeira hora pelo Governo a esta visita.

A UNITA diz na carta a Soares que «o conflito actual em Angola tem como causa fundamental o genocídio étnico praticado pelo Governo do MPLA» e «só tem como porta de saída as negociações directas entre as duas partes». Não adianta, porém, nada de mais concreto.

«A observação dos acordos de Bicesse encontra-se hoje viciada por não respeitar o princípio da equidistância em relação às partes signatárias», afirma a carta, acrescentando que «certos países envolvidos no processo de paz advogam o fornecimento de armas ou fornecem armas a uma das partes, p Governo do MPLA».

Cavaco falou a Guterres

Na audiência que concedeu na quinta-feira, Soares terá sido

«duro» com os visitantes, dizendo-lhes para acabarem com os ataques ao Governo e permitirem a saída dos portugueses retidos no Cufto.

Sem criticar o Presidente pela opção que tomou ao receber a delegação, uma fonte governamental disse ao EXPRESSO que os resultados da visita confirmam o acerto da decisão do Governo, concertada entre Durão Barroso e Cavaco Silva, de não conceder qualquer audiência a Ben-Ben.

Na quarta-feira, o primeiro-ministro deu conhecimento da decisão ao líder do PS, António Guterres. A UNITA não fez qualquer diligência para ser recebida pelo PS, mas Guterres admitiu ao EXPRESSO que, se a tivesse feito «o mais provável era não ser recebida». «As nossas relações partidárias em Angola são com o MPLA», disse Guterres, lembrando que o MPLA pediu há tempos o estatuto de observador na Internacional Socialista.

Continuação da pág. 13

Cavaco tem plano militar para intervir em Angola

socorrendo-se de todas as armas de que dispõe, incluindo a força militar», sublinhou uma das fontes.

O projecto, da autoria de responsáveis das Forças Armadas, não deverá ter chegado ainda ao conhecimento das autoridades angolanas. «Nem seria necessário que o fosse antecipadamente», comentou outra fonte, considerando que isso só faria sentido se as razões para a realização do plano viessem repentinamente a justificá-lo. E recordou que já os norte-americanos no Irão e os belgas no Zaire intervieram em força para defender a vida dos seus concidadãos, sem solicitarem o consentimento dos respectivos Governos. Neste aspecto, Portugal introduz no documento uma novidade: qualquer intervenção armada em Angola careceria sempre do «favor» das autoridades de Luanda.

Não obstante o secretismo que envolve o teor do plano português, uma fonte revelou que tal operação compreenderia a participação dos três ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea. Relativamente ao número dos efectivos e aos meios a aplicar, as fontes recusam-se a prestar mais esclarecimentos, escudando-se no regime confidencial dessa operação de resgate.

Uma fonte ligada ao gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros confessou desconhecer a existência do projecto. Mas revelou que havia um plano de resgate dos portugueses

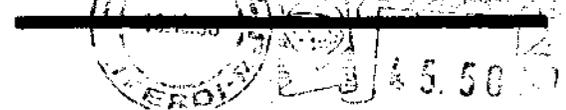
durante os acontecimentos violentos que ocorreram há quase um ano em Luanda, e que «se torna lógico» que as Forças Armadas criem planos de intervenção no sentido em que agora foram elaborados pelas chefias militares.

Entretanto, redundou em fracasso a visita da delegação da UNITA a Lisboa, já que, além do Governo, também não usa a «kipka», que distingue os judeus religiosos.

Para os israelitas mais conservadores, a autonomia representa o germe de um estado palestino independente. É a opinião de Ariel Sharon, truculento membro do Likud: «O lutamos todos contra o perigo, ou pereceremos todos», escreveu no «Jerusalem Post», num artigo provocatoriamente construído sobre a frase de Luther King «I have a dream».

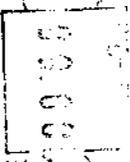
Os palestinianos próximos da OLP não fazem mistério de que entendem o acordo exactamente da mesma maneira que Sharon. «Tenho uma espécie de equação matemática», declarou ao EXPRESSO Sari Nusseibeh, um dos principais conselheiros da delegação palestiniana pró-OLP presente nas conversações de Washington: «OLP + Território + Povo = Estado Palestino». Sharon di-lo e eu concordo. Israel acabará por se retirar».

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Belucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial) We ask exchange.



<C>

M-3-1-0
4-6-9-10



I M P R E S S O